

Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.
CNPJ nº 33.402.939/0001-31

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Senhores Acionistas,
A Administração da Aeroportos do Sudeste do Brasil S/A ("Concessionária" ou "Companhia"), tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório de Administração e as correspondentes demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023, e auditadas por nossos auditores independentes.

1. Perfil Institucional
A Companhia detém concessão outorgada pela Agência Nacional de Aviação Civil ("ANAC") para expansão, manutenção e operação da infraestrutura aeroportuária do aeroporto de Vitória que está localizado na avenida Roza Helena Schorling Albuquerque, 856, Aeroporto, na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo e do aeroporto de Macaé que está localizado na estrada Hildebrando Alves Barbosa, s/n, Parque Aeroporto, na cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro, pelo período correspondente a 30 anos a contar da data de eficácia, dia 03 de outubro de 2019.

2. Controle Acionário
O controle acionário da Companhia pertence à Zurich Airport Latin America Ltda. ("ZALA"), e faz parte do Grupo Zurich Airport. O Grupo Zurich Airport está atualmente envolvido na operação de 09 (nove) aeroportos em todo o mundo. Além do aeroporto de Zurique, a Empresa concentra investimentos na América Latina, onde atua nos aeroportos de Bogotá, Curaçao, Florianópolis, Vitória, Macaé, Belo Horizonte, Iquique e Antofagasta. Em 2019, a Grupo Zurich Airport ganhou a concessão para construir e operar o segundo aeroporto de Nova Delhi, na Índia. Em 2023, a ZALA foi vencedora do 1º leilão de relicitação para a concessão do Aeroporto Internacional de Natal, no Rio Grande do Norte, com início de operação em fevereiro de 2024.

Com a missão de desenvolver negócios, pessoas e as regiões onde atuamos, a Zurich Airport Brasil, formada pelos aeroportos de Florianópolis, Vitória, Macaé e Natal, procura oferecer um novo patamar de qualidade e gerar experiências incríveis para passageiros e visitantes.

Nossa visão é construir juntos os mais eficientes, sustentáveis e surpreendentes aeroportos do Brasil, criando um excelente negócio ao acionista.

3. Destaques 2023
• Após os impactos da pandemia do COVID-19 nas operações da Companhia desde 2020, o ano de 2023 apresentou continuidade na evolução dos fluxos, movimentando 3.135 passageiros em Vitória, tendo um aumento de 20% em relação a 2022, e representando 95% da demanda pré-covid.
• Em 2023 a Companhia atingiu o EBITDA de R\$ 88.192, que representa uma margem de 58% sobre a Receita Líquida da Companhia, 60% acima quando comparado ao ano anterior.
• A Companhia obteve a aprovação de um novo pedido de revisão extraordinária do contrato de concessão, celebrado entre a Concessionária e a ANAC, relativo aos impactos da pandemia da COVID-19 no exercício de 2022, no valor de R\$ 35.241, na data base de dezembro de 2022 através da decisão ANAC nº 625, de 02 de agosto de 2023.

• Reforçamos nosso valor sustentabilidade, no aeroporto de Vitória, em 2023, conseguimos desviar 542,20 toneladas de lixo do aterro sanitário, um aumento significativo de 143% em comparação com 2022, alcançando assim um índice de desvio de aterro de 84% no ano. Além disso, reutilizamos 8454 m³ de água de chuva, registrando um aumento de 85% em relação ao ano anterior. Quanto ao consumo de energia, tivemos uma redução 8% no consumo de energia por passageiro em relação a 2022. No aeroporto de Macaé, em 2023, conseguimos desviar 229,39 toneladas de lixo do aterro sanitário, um aumento significativo de 88% em comparação com 2022, alcançando assim um índice de desvio de aterro de 95% no ano. Além disso, tivemos uma redução 8% no consumo de energia por voos em relação a 2022.

• A Companhia, através da contratação do consórcio BEMVOAR, iniciou a construção da nova pista de pouso e decolagem do Aeroporto de Macaé/RJ sob regime de empreitada global (EPC) com extensão de 1.410 metros, além de construção de um novo pátio de aeronaves com área de 10.000 m² e outras melhorias. A obra iniciou em junho de 2023 e se encontra com o avanço físico-financeiro de 53,68%, tendo como prazo esperado de conclusão o mês de março de 2025.

• A Zurich Airport Brasil foi reconhecida pelo terceiro ano consecutivo pela consultoria global Great Place to Work como uma ótima companhia para se trabalhar.

• Em 2023, os três aeroportos do grupo conquistaram posições de destaque no Programa Aeródromos Sustentáveis da ANAC, sendo os aeroportos de Florianópolis e Vitória, 1º e 2º lugar na categoria Classe III enquanto o Aeroporto de Macaé foi reconhecido em 1º na categoria Classe I. Além disso, recebemos honras no Green Airport Recognition da ACI América Latina, obtendo o 1º lugar com o projeto Aqua Project. O projeto também foi premiado com o 2º lugar pelo GRI Infra Awards, que engloba projetos de todos os setores de transporte no Brasil. Ainda, os três aeroportos alcançaram o pódio suas categorias na premiação Via Viva do Ministério da Infraestrutura, sendo Florianópolis e Macaé 1º lugar e Vitória 2º lugar, em suas categorias.

• O aeroporto de Vitória foi reconhecido, pela segunda vez consecutiva, como o Segundo Melhor Aeroporto do Brasil em 2023, através da pesquisa de satisfação realizada pela Secretaria de Aviação Civil (SAC), através apenas do Aeroporto de Florianópolis, também administrado pela Zurich Airport Brasil.

• O ano de 2023 foi de grande evolução para o Real Estate, tendo êxito em comercialização de 260.000 m² de área trazendo uma projeção de R\$ 800MM para o período da concessão, 50% superior a previsão de anos anteriores. Além de evolução relevante na comercialização, tivemos início de obras de projetos importantes para a cidade de Vitória, como supermercado, igreja batista e posto de combustível. Houve também a inauguração de um novo terminal de cargas para a Azul Cargo, aumentando a oferta de logística para a região

4. Perspectivas para 2024
• Retomada do volume de passageiros pré pandemia;
• A Zurich Airport Brasil continuará a desenvolver seus negócios comerciais em 2023. Isso para oferecer aos passageiros e visitantes uma experiência de compras mais ampla e desenvolver maior diversificação de receitas, reduzindo a dependência de passageiros.
• Além da oferta comercial, o foco é aumentar o número de serviços no aeroporto.
• Para 2024, seguimos desenvolvendo áreas remanescentes de Real Estate, além de focar no desenvolvimento das obras dos projetos assinados em 2023.

5. Auditores Independentes
As demonstrações financeiras aqui representadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A. Vitória (ES)

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos
Demonstrações do valor adicionado
A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossa conclusão está fundamentada nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 16 de abril de 2024

ERNST & YOUNG Fabiano Agostini
Auditores Independentes S/S Ltda. Contador
CRC-SC-000048/F CRC-SC-029999/O

BALANÇO PATRIMONIAL 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	41.447	46.600
Contas a receber	7	21.032	17.798
Tributos a recuperar	8	12.394	8.054
Despesas antecipadas	9	1.779	1.292
Outros créditos		3.737	339
Total do ativo circulante		80.389	74.083
Não circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	6	1.907	240
Tributos a recuperar	8	6.926	-
Despesas antecipadas	9	202	14
Depósitos judiciais	18	48	48
		9.083	302
Imobilizado	10	530	514
Intangível	11	684.661	551.373
		685.191	551.887
		694.274	552.189
		774.663	626.272
Total do ativo não circulante			
Total do ativo			
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	796	117
Fornecedores	13	15.182	10.410
Obrigações sociais e trabalhistas	14	2.004	1.806
Tributos a recolher	15	5.124	3.331
Partes relacionadas	16	5.933	682
Outros passivos	17	356	1.519
Total do passivo circulante		29.395	17.865
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	116.494	10.035
Tributos diferidos	23	1.283	1.528
Provisões para contingência	18	1.278	-
Outros passivos	17	565	-
Total do passivo não circulante		119.620	11.563
Patrimônio líquido	19	571.001	571.001
Capital social		5.581	2.231
Reserva legal		49.066	23.612
Reserva de lucro		625.648	596.844
Total do patrimônio líquido		774.663	626.272

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	20	277.642	131.918
Custo dos serviços prestados	21	(185.047)	(72.172)
Lucro bruto		92.595	59.746
Despesas administrativas e gerais	21	(17.722)	(14.728)
Outras receitas e despesas operacionais	21	51	(278)
Lucro operacional antes do resultado financeiro líquido		74.924	44.739
Depreciação e amortização	22	8.170	5.286
Despesas financeiras	22	(1.468)	(906)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		81.626	49.119
Imposto de renda e contribuição social	23	(14.882)	(10.403)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	245	(477)
Lucro líquido do exercício		66.989	38.239
Lucro básico diluído por ação (em R\$)	24	0,11	0,06

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	66.989	38.239
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	66.989	38.239

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Capital social		Reserva legal	Reserva de lucro	Lucros acumulados	Total
	Capital subscrito	Capital a integralizar				
Saldos em 31 de dezembro de 2021	593.909	(22.908)	319	4.549	-	575.869
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	38.239	38.239
Reserva legal	-	-	1.912	-	(1.912)	-
Reserva de lucro	-	-	-	19.063	(19.063)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(17.264)	(17.264)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	593.909	(22.908)	2.231	23.612	66.989	66.989
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	3.350	3.350
Reserva legal	-	-	3.350	-	(3.350)	-
Reserva de lucro	-	-	-	25.454	(25.454)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(736)	(736)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(37.449)	(37.449)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	593.909	(22.908)	5.581	49.066	625.648	625.648

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	2023	2022
Atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	81.626	49.119
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	13.268	10.293
Baixa de ativo imobilizado e intangível	38	5.697
Provisão para risco de crédito	(63)	(7)
Provisão para contingência	1.278	-
Rendimento aplicações financeiras vinculadas	(45)	-
	96.102	65.102
(Aumento)/redução nos ativos		
Contas a receber	(3.172)	(3.778)
Tributos a recuperar	(24.528)	(6.533)
Despesas antecipadas	(676)	103
Outros créditos	(3.398)	(32)
(Aumento)/redução nos passivos		
Fornecedores	4.772	1.687
Partes relacionadas	5.251	15
Obrigações sociais e trabalhistas	198	616
Tributos a recolher	16.676	5.535
Outros passivos	(598)	(412)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(22.293)	(15.696)
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	68.334	46.607
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras vinculadas	(1.622)	(240)
Aquisição de ativo imobilizado	(235)	(77)
Aquisição de ativo intangível	(142.493)	(14.414)
Fluxo de caixa consumido nas atividades de investimento	(144.350)	(14.731)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	105.000	(881)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	(1.744)	(1.444)
Pagamento juros sobre o capital próprio	(31.657)	(17.264)
Pagamento de dividendos	(736)	(1.516)
Fluxo de caixa gerado (consumido) nas atividades de financiamento	70.863	(19.661)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	46.600	34.385
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	41.447	46.600
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(5.153)	12.215

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	2023	2022
1. Receitas	299.455	148.148
Receitas de serviços e cessão de espaço	172.120	137.191
Receita de linearização de contratos - IFRS 16	1.083	(999)
Receita relativa à construção de ativos próprios	126.570	12.258
Desenvolvimentos e cancelamentos	(732)	(30)
Outras receitas	551	(279)
	63	7
Provisões para risco de crédito	(170.604)	(59.361)
2. Insumos adquiridos de terceiros	(37.028)	(39.102)
Custo dos serviços prestados	(7.006)	(7.951)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-	(50)
Despesas com vendas	-	(50)
Custos de Construção	(126.570)	(12.258)
3. Valor adicionado bruto (1:2)	128.851	88.787
4. Depreciação/amortização	(13.268)	(10.293)
5. Valor adicionado líquido (3:4)	115.583	78.494
6. Valor adicionado recebido em transferência	8.170	5.286
Receitas financeiras	8.170	5.286
7. Valor adicionado para distribuição (5:6)	123.753	83.780
8. Distribuição do valor adicionado	123.753	83.780
Pessoal	19.178	14.674
Remuneração direta	11.202	10.794
Benefícios	4.358	3.129
FGTS	3.618	751
Impostos, taxas e contribuições	36.598	29.961
Federais e municipais	36.598	29.961
Remuneração de capitais de terceiros	988	906
Despesas finance		

Aeropertos do Sudeste do Brasil S.A. - CNPJ nº 33.402.939/0001-31

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro da Companhia, de ativos financeiros que possam ser razoavelmente estimados. Em 31 de dezembro de 2023 há expectativa de perdas com risco de crédito no valor de R\$1.875 (R\$1.938 em 31 de dezembro de 2022).

ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados a valor justo com contrapartida no resultado, e ou empréstimos e financiamentos conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado, quando aplicável.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os passivos financeiros da Companhia correspondem a empréstimos e financiamentos, fornecedores, impostos a pagar e outras obrigações. Não há na data dos balanços instrumentos financeiros derivativos.

g) Reconhecimento de receita

As receitas são apuradas de acordo com o regime de competência. Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Concessionária e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável. As receitas da Companhia são oriundas de:

i) Receitas tarifárias

A Concessionária obtém receitas através da cobrança de tarifas aos usuários da infraestrutura aeroportuária. Os limites máximos de cada tarifa são estabelecidos pela ANAC através do anexo IV do contrato de concessão, iniciando a partir do quinto ano, através de taxas progressivas. A Concessionária poderá, por meio de diferenciação das tarifas cobradas, praticar gerenciamento tarifário como forma de precificar os serviços prestados de maneira mais eficiente e otimizar a utilização da infraestrutura aeroportuária.

Destacam-se as seguintes receitas tarifárias:

a) Tarifa de embarque e conexão

São os valores cobrados dos passageiros e repassados pelas companhias aéreas referentes aos serviços prestados, instalações e facilidades disponibilizadas pela Concessionária para os passageiros.

b) Tarifa de pouso

É o valor cobrado referente aos serviços, equipamentos, instalações, e facilidades disponíveis para as operações de pouso, rolagem e estacionamento da aeronave.

c) Tarifa de permanência

É o valor cobrado pela prestação de serviços, equipamentos, instalações e facilidades disponíveis para as operações de permanência no pátio de manobras e na área de estadia a partir de três horas do pouso.

d) Tarifa de armazenagem e capatazia

É o valor cobrado referente aos serviços prestados de movimentação e manuseio das mercadorias no armazém de carga aérea do aeroporto.

ii) Receitas não tarifárias

A Companhia também obtém receitas explorando atividades no aeroporto como cessão de espaços que lhe foram concedidos, estacionamento e outros serviços prestados às empresas e instituições que estão no sítio aeroportuário. Os preços estipulados nos contratos relativos à receita não tarifária não são regidos por nenhuma regra estabelecida pelo poder concedente e são negociadas livremente entre as empresas interessadas.

iii) Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Companhia deve construir e/ou ampliar a infraestrutura do Aeroporto, e conforme requerido pelo OCP 05 - Contratos de concessão, as receitas relativas à construção de ativos que proporcione incrementos futuros de receitas devem ser registradas pela Companhia em suas Demonstrações Financeiras como contrapartida do ativo intangível.

Os custos devem ser registrados e reconhecidos em contrapartida do passivo como fornecedores de bens ou serviços. A administração da Companhia, através de estudo realizado não identificou margem de lucro nesta operação.

iv) Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

h) Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment)

i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

Todos os empréstimos e recebíveis significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Para avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

ii) Ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, é estimado o fluxo de caixa operacional futuro da unidade geradora de caixa. Essa estimativa considera uma curva de demanda futura, revisada com frequência pela administração, que tem sua capacidade operacional estabilizada quando a demanda atinge o limite máximo de atendimento. Portanto, não são considerados incrementos adicionais na infraestrutura e não há mais crescimento real do faturamento a partir deste momento. Da curva de demanda derivam-se as receitas futuras, das quais são descontados os devidos impostos e custos operacionais e administrativos. Após, considera-se o pagamento de impostos sobre a renda e os ajustes necessários de variação de capital de giro. Por fim, estima-se um fluxo de reinvestimento, destinado apenas à manutenção do ativo atual.

Esse fluxo de caixa operacional é, então, descontado a valor presente, utilizando uma taxa de desconto que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a unidade geradora de caixa, para enfim se obter o valor em uso. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Na data do balanço não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

i) Contas a pagar de fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

j) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Classificados como passivo circulante, os empréstimos e financiamentos, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

k) Provisões

Legal

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente

(legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

Provisão para riscos civis, tributários e trabalhistas

A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

l) Demonstrações do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa ("DFC") foi preparada conforme o IAS 7/CP 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando-se o método indireto.

m) Demonstrações do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado ("DVA") é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada segundo o CPC09 - Demonstração do Valor Adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes (stakeholders).

n) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

As despesas com os impostos compreendem as parcelas correntes e diferidas. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los na apuração de tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

o) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

IFRS 17 - Contratos de Seguro

O IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o IFRS 11 - Contratos de Seguro). Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. A norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Com relação as alterações emitidas pelo IASB para o IAS 8, no qual introduz a definição de estimativa contábeis. As alterações elucidam a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Ainda aborda como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis, não tendo impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

As alterações emitidas pelo IASB em fevereiro de 2021 sobre o IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, fornecendo guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

Alterações ao IAS 12: Impostos diferido relacionados a ativos e passivos originados de uma simples transação

As alterações emitidas pelo IAS12 Income Tax estreitam o escopo da exceção do reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos passivos de desativação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: • Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e • Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva.

A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, pois a Companhia não está sujeita às regras do modelo do Pilar Dois, uma vez que sua receita é inferior a 750 milhões de euros por ano.

p) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não-circulante O IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante, como: entendimento de direito de adiar a liquidação; direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras; a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar, e somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Introduziu também uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses. As alterações entram em vigor para as demonstrações financeiras do exercício de 2024.

Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Acordos de financiamento de fornecedores O IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - instrumentos financeiros: evidenciado) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Com objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações entram em vigor para as demonstrações financeiras do exercício de 2024.

q) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

4. Gestão de risco financeiro e instrumentos financeiros Em atendimento ao CPC 48, a Companhia efetuou a avaliação de seus instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros constantes nas contas de ativo e passivo encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro são:

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	41.447	46.600
Contas a receber de clientes	21.032	17.798
Aplicações financeiras vinculadas	1.907	240
Fornecedores	15.182	10.410
Empréstimos e financiamentos	117.290	10.152
Partes relacionadas	5.933	682

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

i) Risco de crédito

Ocorre pela possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou nos depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

ii) Risco de mercado

Possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas.

iii) Risco de gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

iv) Risco de liquidez

Representa o risco de a Concessionária não vir a dispor de recursos financeiros líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para a gestão da liquidez de caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas pela Companhia. O excedente de caixa disponível pela Concessionária é investido em aplicações financeiras com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valores.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa e equivalente de caixa	4.695	1.965
Caixa e bancos	36.752	44.635
Aplicações financeiras	41.447	46.600
Total de caixa e equivalentes de caixa	41.447	46.600

As aplicações financeiras são representadas por Certificados de Depósito Bancários (CDB) e são remuneradas com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) entre 101% e 103% em 2023 (102% e 106% em 2022).

6. Aplicações financeiras vinculadas

De acordo com o contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNDES, os recursos destinados aos quatro primeiros pagamentos devem ser alocados em contas bancárias específicas para esta finalidade. Os valores estão alocados em um fundo de investimento renda fixa, representadas por Certificados de Depósito Bancários (CDB) e são remuneradas com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), mas em conta bloqueada para resgate até o fim do contrato com o BNDES.

	2023	2022
Aplicações financeiras vinculadas	1.907	240
Aplicações financeiras vinculadas	1.907	240

7. Contas a receber

	2023	2022
Contas a receber	9.486	9.246
Receita aeroportuária	11.068	9.326
Receita comercial e TI	1.219	1.097
Receita offshore	1.134	67
Outras receitas	22.907	19.736
Provisão para riscos de crédito	(1.875)	(1.938)
Total de contas a receber	21.032	17.798

Contas a receber líquidas por vencimento

	2023	2022
A vencer	20.249	16.034
Vencidos:		
Até 30 dias	731	1.524
De 30 a 60 dias	64	429
De 60 a 90 dias	10	107
De 90 a 120 dias	69	93
De 120 a 150 dias	9	97
De 150 a 180 dias	27	50
Acima de 180 dias	1.748	1.402
Total	22.907	19.736

Movimentação da provisão para risco de crédito

	2023	2022
Saldo no início do exercício	(1.938)	(1.945)
Adições	(538)	(821)
Reversão	526	828
Baixas para perdas	75	-
Saldo no final do exercício	(1.875)	(1.938)

A Companhia realiza a linearização dos contratos de cessão de espaço precificados com valor mínimo e fixo, conforme IFRS 16/CP 06 (R2) pelo prazo remanescente do contrato. A Companhia possui em 2023 o valor de R\$2.598 relativos à equalização dos contratos e abonos. Em 2022 o valor linearizado dos contratos era de R\$1.934.

8. Tributos a recuperar

	2023	2022
Tributos a recuperar	9.235	1.929
PIS e COFINS a recuperar (i)	9.761	5.496
IRPJ e CSLL a recuperar (ii)	171	629
IRRF a recuperar	153	-
Outros impostos a recuperar	19.320	8.054
Total de tributos a recuperar	12.394	8.054
Circulante	6.926	-
Não circulante	-	-

(i) Os saldos de PIS e COFINS são créditos sobre os investimentos, que são compensados a partir da amortização dos bens.
(ii) Os saldos de 31 de dezembro de 2023 se referem principalmente ao saldo negativo de IRPJ e CSLL apurados ao final do período.

9. Despesas antecipadas

	2023	2022
Despesas antecipadas	1.835	1.299
Seguros a apropriar	145	7
Demais despesas pagas antecipadamente	1.981	1.306
Total despesas antecipadas	1.779	1.292
Circulante	202	14
Não circulante	-	-

10. Imobilizado

a) Composição

	2023		
	Taxa anual de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada
Máquinas e equipamentos	10	24	(18)
Móveis e utensílios	10	311	(50)
Equipamentos de informática	20	781	(521)
Outros	10	5	(2)
		1.121	(691)
		530	-
	2022		
	Taxa anual de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada
Máquinas e equipamentos	10	24	(13)
Móveis e utensílios	10	210	(28)
Equipamentos de informática	20	6	

Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A. - CNPJ nº 33.402.939/0001-31

(ii) Do bloqueio da integralidade dos direitos cedidos na conta bloqueio, em caso de ICSD inferior a 1,2, na forma do Contrato de Cessão e Administração;
 (iii) Da aceleração da liquidação da dívida, em caso de ICSD inferior a 1,1, mediante o pagamento de prestações de amortização de principal com os recursos constantes da conta bloqueio até que o ICSD atinja 1,3, calculado com base nas demonstrações financeiras auditadas do ano anterior, e ajustado de forma a considerar o Serviço da Dívida após as amortizações realizadas pela aceleração da dívida.

Para a distribuição dos juros sobre capital próprio em 2023 a Companhia obteve waiver do BNDES alterando o limite de distribuição de 25% para 50% do lucro acumulado até 2023 ou R\$45.000, o que for menor. Em 2022 a Companhia obteve waiver do BNDES alterando o limite de distribuição de 25% para 50%.

Para o exercício de 2023 a Companhia apresentou um ICSD positivo de 37,80 e em 2022 o indicador apurado foi 44,65 conforme demonstrado abaixo:

	2023	2022
a. EBITDA	88.192	55.031
b. Pagamentos IR/CS	(22.293)	(15.696)
c. Basis for calculation (a-b)	65.899	39.335
d. Debt service	1.744	881
e. DSCR (c/d)	37,80	44,65

O valor informado de R\$22.293 na linha pagamentos IR/CS referem-se aos valores que tiveram seus respectivos pagamentos dentro do exercício de 2023. Em 2022 o desembolso foi de R\$15.696.

Em 2023 a Companhia apresentou o cálculo do Equity de 81%. Em 2022 o cálculo apresentado foi de 95%, conforme demonstrado abaixo:

	2023	2022
a. Ativo	774.663	626.272
b. Patrimônio Líquido	625.648	596.844
c. % of Equity > 20% (b/a)	81%	95%

Em 2023 a Companhia transacionou o valor de R\$10.309 com partes relacionadas, sendo o limite anual de transações partes relacionadas ("TPR") para 2023 de R\$11.068 corrigido pela inflação conforme termos dos incisos XIV e XVI da clausula nota do contrato de financiamento. Em 2022 o valor transacionado com partes relacionadas foi de R\$9.391, sendo o limite anual de transações de R\$10.000.

13. Fornecedores

	2023	2022
Fornecedores		
Fornecedores em moeda nacional	10.791	5.443
Fornecedores em moeda estrangeira	53	71
Provisões de contas a pagar	4.338	4.896
Total de fornecedores	15.182	10.410

As provisões de contas a pagar, no momento de R\$4.338 em 31 de dezembro de 2023, referem-se a serviços prestados durante o exercício de 2023, conforme contratos firmados com os respectivos fornecedores, dos quais parte dos documentos fiscais suportes não foram fornecidos dentro do exercício.

14. Obrigações sociais e trabalhistas

	2023	2022
Obrigações sociais e trabalhistas		
Salários a pagar	331	306
Encargos a recolher	323	280
Participação nos lucros e resultados	518	440
Benefícios	89	-
Provisão de férias	743	780
Total de obrigações sociais e trabalhistas	2.004	1.806

15. Tributos a recolher

	2023	2022
Tributos a recolher		
Tributos retidos de fornecedores	1.081	612
Tributos sobre receita	3.174	2.719
Outros tributos	869	-
Total de tributos a recolher	5.124	3.331

A Companhia possui mandado de segurança nº 5015465-03.2020.4.02.5001/ES emitido pela Justiça federal em 3 de novembro de 2020 favorável a exclusão do ISSQN da base de cálculo do PIS e COFINS, iniciando o cálculo a partir da apuração de novembro de 2020.

16. Partes relacionadas

	2023	2022
Partes relacionadas		
Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis	1.010	682

Juros sobre capital próprio	4.923	-
Total de partes relacionadas	5.933	682

A Companhia firmou contrato com a Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis de rateio de despesas relacionadas a despesas de funcionários em cargos de gestão que prestam serviços para os aeroportos de Vitória e Macaé. Em 31 de dezembro de 2023 o valor a pagar é de R\$1.010, sendo R\$682 em dezembro de 2022.

A Companhia tem o valor de juros sobre capital próprio no montante de R\$37.449, calculados conforme legislação vigente, sendo R\$31.657 pago em dezembro de 2023 e R\$5.792 a serem pagos no decorrer de 2024, sendo líquido de imposto de renda R\$4.923.

17. Outros passivos

	2023	2022
Outros passivos		
Cauções em garantia	147	98
Adiantamento de clientes	745	673
Obrigações seguradoras a pagar	-	727
Repasses e taxa aeroportuários	29	21
Total de outros passivos	921	1.519
Circulante	356	1.519
Não circulante	565	-

18. Provisão para contingência

A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos, e de riscos fiscais. Provisões são constituídas para todos os potenciais riscos referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos internos e externos.

A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos, e de riscos fiscais. Provisões são constituídas para todos os potenciais riscos referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia constituiu provisões classificadas com expectativa de perda provável de R\$1.278. Quanto as causas classificadas como possível de natureza civil em R\$8, trabalhista em R\$70 e de natureza tributária R\$118.472 a título de lançamento de Imposto sobre a Propriedade Urbana ("IPTU") pela Secretaria Municipal da Fazenda de Vitória. Em dezembro de 2022 não existem causas de natureza provável. E de natureza possível havia o total de R\$84.047.

	31/12/2023	31/12/2022
Provisões prováveis		
Trabalhista	1.278	-
Total	1.278	-

	31/12/2023	31/12/2022
Passivo contingente		
Cível	8	-
Trabalhista	70	48
Tributária	118.472	83.999
Total	118.550	84.047

19. Patrimônio líquido

Os valores de depósitos judiciais correspondem ao processo trabalhista de número 0000632-83.2021.5.17.0004 do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Espírito Santo, classificada como provável a partir de 2023.

a) Capital social

O capital social da Concessionária, em 31 de dezembro de 2023, está representado por 593.908.620 (quinhentas e noventa e três milhões, novecentas e oito mil, seiscentas e vinte) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Foram subscritos um montante de R\$593.909 tendo sido R\$571.001 integralizado e o montante remanescente de R\$22.908 a ser integralizado até junho de 2025 conforme autorização da ANAC através do Ofício 30/2024/GEIC/SRA-ANAC.

b) Reserva de lucros

Reserva Legal: A reserva legal é constituída mediante apropriação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social, conforme legislação societária e estatuto social vigentes. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de distribuição de dividendos. Ao final do exercício de 31 de dezembro de 2023, foi constituída reserva legal equivalente a 5% do lucro líquido no valor de R\$3.350, totalizando R\$5.581.

Reserva de lucro a realizar: Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação. A Companhia manteve em reserva de lucro o valor de R\$49.066, saldo remanescente após todas as destinações obrigatórias do lucro do exercício.

c) Dividendos e juros sobre capital próprio

No ano de 2023, a Companhia optou em remunerar seus acionistas através de juros sobre o capital próprio no montante de R\$37.449, calculados conforme legislação vigente, sendo R\$31.657 pago em dezembro de 2023 e R\$5.792 a serem pagos no decorrer de 2024. Em 2022 foi realizado o pagamento de R\$17.264. Através do waiver do BNDES, o limite para distribuição dos juros sobre capital próprio passou de 25% para 50% em 2023 e 2022.

Em 2023 Companhia realizou o pagamento de dividendos no valor de R\$736 referente a deliberação do lucro apurado em 2022.

20. Receitas operacional líquida

	2023	2022
Receita aeroportuária	95.913	78.629
Receita comercial e TI	66.239	50.224
Receita offshore	10.250	8.436
Outras receitas	801	661
Receita de construção	126.570	12.258
Impostos sobre vendas	(21.399)	(16.503)
Devoluções e cancelamentos	(312)	(30)
Abonos linearizados	(420)	(1.757)
Total receita operacional líquida	277.642	131.918

Foram reconhecidos na linha de abonos linearizados os valores dos descontos concedidos aos cessionários linearizados pelo prazo remanescente de cada contrato, conforme previsto pela IFRS 16/CPC 06 (R2).

21. Custos de serviço e despesas gerais e administrativas

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis, apresenta a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	2023	2022
Custos de operação		
Salários, encargos e benefícios	(19.178)	(17.254)
Depreciação e amortização	(13.268)	(10.293)
Serviços de terceiros	(22.100)	(27.200)
Manutenção	(8.030)	(7.955)
Utilidades e serviços	(6.919)	(7.951)
Outros custos	(6.716)	(4.275)
Provisão para risco de crédito	63	7
	(76.148)	(74.921)
	(126.570)	(12.258)
Custo de construção	(202.718)	(87.179)
Custos dos serviços prestados	(185.047)	(72.172)
Despesas gerais e administrativas	(17.722)	(14.728)
Outras receitas e despesas operacionais	51	(279)
Total	(202.718)	(87.179)

22. Resultado financeiro líquido

	2023	2022
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicação financeira	7.273	4.908
Juros ativos	184	275
Outras receitas financeiras	631	-
Variação cambial ativa	82	103
Total receitas financeiras	8.170	5.286
Despesas financeiras		
Outras despesas financeiras	(862)	(572)
Variação cambial passiva	(125)	(14)
Impostos sobre operações financeiras	(481)	(320)
Total despesas financeiras	(1.468)	(906)
Resultado financeiro líquido	6.702	4.380

23. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2023	2022
Diferenças temporárias	2.723	2.454
Diferenças capitalização empréstimos	(2.829)	(1.510)
Diferenças de taxa de amortização	(780)	(1.938)
Diferenças linearização - IFRS 16	(397)	(534)
Total de impostos diferidos	(1.283)	(1.528)

Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	81.626	49.119
Alíquota nominal - lucro real	34%	34%
Tributos apurados pela alíquota vigente	(27.753)	(16.701)
Efeitos fiscais sobre as adições e exclusões permanentes:		
Brindes	(20)	(22)
Despesas indedutíveis	(29)	(34)
Perdas	-	(17)
Juros sobre o capital próprio	12.733	5.870
Outros	432	24
Imposto de renda e contribuição social	(14.637)	(10.880)
Alíquota efetiva	18%	22%
Imposto de renda e contribuição social corrente	(14.882)	(10.403)
Imposto de renda e contribuição social diferido	245	(477)

24. Lucro básico diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício findo em 31 de dezembro:

	2023	2022
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	66.989	38.239
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas	593.909	593.909
Lucro básico e diluído por ação - R\$	0,11	0,06

25. Cobertura de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado as coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Risco operacional: garante cobertura contra perdas e danos patrimoniais e lucros cessantes aos bens segurados.

Garantia de execução contratual: assegura o cumprimento das obrigações descritas no contrato.

D&O: garante o pagamento de indenização, a título de perdas, devida a terceiros por conselheiros, diretores e/ou administradores, decorrente de uma reclamação ou pela sociedade, decorrente exclusivamente de uma reclamação de mercado de capitais.

Responsabilidade civil: garante coberturas sobre os prejuízos causados por danos morais, materiais ou corporais a terceiros no lado terra e lado ar do aeroporto.

Veículos: garante coberturas sobre os prejuízos causados por danos morais, materiais ou corporais a terceiros ocasionados pelos veículos da Companhia.

Drone: garante coberturas sobre os prejuízos causados por danos morais, materiais ou corporais a terceiros ocasionados pelo uso de drones da Companhia.

Tipos de seguros	Importância segurada (R\$ mil)	Prazo de vigência
Risco operacional	855.735	01/10/2023 a 01/10/2024
Garantia de execução contratual - concessão	55.246	14/08/2023 a 14/08/2024
Garantia de execução contratual - energia	720	01/01/2021 a 31/01/2024
D & O	40.000	13/11/2022 a 13/05/2024
Veículos - operacional	500	27/02/2023 a 26/02/2024
Responsabilidade civil	20.000	16/03/2023 a 16/03/2024
Operação de drone	1.343	11/02/2023 a 11/02/2024
Operação de drone	707	13/12/2023 a 13/12/2024
Tipos de seguros	Importância segurada (USD mil)	Prazo de vigência
Responsabilidade civil	500.000	01/10/2023 a 01/10/2024



Assinado Digitalmente por: **NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130 - Em: 30/04/2024**

Certificado emitido por: CN=AC CONSULTI BRASIL RFB, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Acesse: <https://tribunaonline.com.br/validador-iti> caso deseje validar a assinatura!

2466 BALANCO COMPLETO_AEROPORTO.pdf

Código do documento: 2466



Assinado por:



NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130
Certificado Digital
E-mail: publicidade@grupotribunaonline.com.br

Registro de Eventos:

30 abr 2024, 00:01:00 - UPLOAD

Documento: 2466

Criado por: Mariana Melim **Email:** artemariana@redetribuna.com.br

DATE_ATOM: 2024-04-30T00:51:49-03:00

30 abr 2024, 00:51:49 - INÍCIO DO PROCESSAMENTO

Assinatura iniciada pelo Serviço de Assinaturas.

DATE_ATOM: 2024-04-30T00:51:49-03:00

30 abr 2024, 00:51:49 - ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL

NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130

E-Mail: publicidade@grupotribunaonline.com.br

Emissor do Certificado: CN=NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO
JUD:27065150000130, OU=videoconferencia, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, OU=47317285000152, L=VITORIA, S=ES, O=ICP-Brasil, C=BR

DATE_ATOM: 2024-04-30T00:51:49-03:00

Hash do documento original:

[SHA256]: 4ff757b4ff41587aa6a4c140837aa2a28352695045e4e1690d9759ede6bcd7dd

[SHA512]: 9e83b15ef5d2c4b14bf8f07ef42ac6bd1d2e6e42f45bf26b46826d35a7289d13e9a0138e40955d42269b15e881accf817e85c7317aed9bc8f0c5971376f2db80

Este certificado pertence única e exclusivamente aos documentos de HASH acima!

Este documento está assinado digitalmente com um certificado digital emitido por: AC CONSULTI BRASIL RFB